



Estado do Maranhão
Prefeitura Municipal de Pindaré-Mirim
Procuradoria Geral do Município

Modalidade	Dmp 02579090
P.A.	0358/2020
FLS.	145
ASSINATURA	+

Processo Administrativo nº: 0358/2020

Dispensa nº: 025/2020-SEMUS

Solicitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE- SEMUS

ASSUNTO: ADMINISTRATIVO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. LICITAÇÃO E CONTRATOS. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. CONTRATAÇÃO DIRETA OBJETIVADA. ART. 24, IV DA LEI Nº 8.666/93. DISPENSA DE LICITAÇÃO. ANÁLISE FORMAL DO PROCESSO.

PARECER PRÉVIO

Trata-se de análise dos atos formais realizados pela Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Pindaré-Mirim nos autos do Procedimento Licitatório de Dispensa de Licitação, cujo objeto é a aquisição emergencial de 01 ambulância do tipo UTI(AMBULÂNCIA TIPO D), destinada ao atendimento dos usuários da rede municipal de saúde de Pindaré-Mirim/MA, no transporte de doentes, como medida de enfrentamento à pandemia mundial de COVID-19 (CORONAVÍRUS, para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde, em caráter emergencial no município de Pindaré-Mirim/MA.

É o que de relevante há a ser relatado.

Passo a opinar.

Inicialmente, frise-se que o presente parecer – que visa analisar a regularidade dos atos realizados nos autos da dispensa em *epígrafe* - está adstrito aos aspectos legais envolvidos no procedimento trazido a exame, bem como o enquadramento no caso em dispensa de licitação, destacando-se, portanto, que esta assessoria jurídica não adentrará em aspectos técnicos e econômicos, bem como ao juízo de conveniência e oportunidade na contratação pretendida.



Estado do Maranhão
Prefeitura Municipal de Pindaré-Mirim
Procuradoria Geral do Município

Modalidade	Dmp 02579090
PA	0358/2020
FLS	146
ASSINATURA	

Pois bem.

Verifica-se que o processo de dispensa encontra-se instruído com os seguintes documentos: Justificativa solicitando e informando a necessidade da contratação e requerendo a abertura de processo licitatório; Termo de Referência; Termo de Autuação do Processo; v Informação de Disponibilidade Orçamentária; Autorização para Formação de Processo Licitatório; Encaminhamento dos autos à Assessoria Jurídica para análise da contratação.

Tendô em vista os Decretos Municipais de nº 004/2020 de 17 de março de 2020, Decreto 005/2020 de 21 de março de 2020, Decreto 006/2020 de 23 de março de 2020, de nº 10 de 12 de maio de 2020 que declararam a situação de Calamidade Pública no Município de Pindaré-Mirim devido ao crescente número de pessoas contaminadas pelo Corona vírus, o responsável pelas Licitações, Compras e Contratos sugere que a aquisição se dê por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93. *in verbis*:

Art.24.É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;"

A licitação dispensada, ensina Hely Lopes Meirelles, "é aquela que a própria lei a declarou como tal". José Santos Carvalho Filho acrescenta que esta se caracteriza pela circunstância de que, em tese, poderia o procedimento ser realizado, mas que, pela particularidade do caso, decidiu o legislador não torná-lo obrigatório. Cabe aqui certa discricionariedade do agente administrativo, já que a licitação não é proibida. Entretanto, este deve levar em conta que a realização do certame deve também ser vantajosa para a Administração e respeitar o princípio da economicidade. A Lei nº



Estado do Maranhão
Prefeitura Municipal de Pindaré-Mirim
Procuradoria Geral do Município

Impo	MODALIDADE
P.A.	03.587.9090
FLS.	147
	+
	ASSINATURA

8.666/93, ao instituir as normas para licitações e contratos da Administração Pública, autorizou a dispensa de licitação em várias hipóteses, ainda que possível a competição. São circunstâncias peculiares que aconselham a contratação direta, desde que preenchidos os requisitos previstos em lei. Nesse caso, portanto, o legislador entendeu que, em função do do estado de Calamidade Pública decretado, não se justificaria a realização de um procedimento licitatório pela Administração. Depreende-se, pois, que, nessa hipótese, em razão do pequeno valor envolvido, a legislação autoriza que se reduzam as formalidades prévias às contratações pela Administração Pública.

No que tange a análise da Minuta do Contrato, observa-se que o mesmo estabelece com clareza e precisão as condições para sua execução, através de cláusulas expressas que vem a definir as obrigações e responsabilidades das partes. Além disso, observa-se ainda que a minuta também está de acordo com o art. 54 e seguintes da Lei de Licitações, uma vez que se faz presente:

- a) o objeto e seus elementos característicos;
- b) o regime de execução ou a forma de fornecimento;
- c) o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- d) os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;
- e) o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- f) as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;
- g) os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;
- h) os casos de rescisão;
- i) o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;
- j) as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
- k) a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;
- l) a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;
- m) a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.





Estado do Maranhão
Prefeitura Municipal de Pindaré-Mirim
Procuradoria Geral do Município

Modalidade	0351/2020
P.A.	0358/2020
FLS.	148
ASSINATURA	

Adequada, portanto, a minuta do contrato.

CONCLUSÃO

Logo, ante o exposto, conclui-se pela presença da formalização dos atos necessários para instrução do procedimento licitatório de inexigibilidade.

Salvo melhor juízo,

É o parecer.

Pindaré-Mirim (MA), em 12 de maio de 2020

Alessandra Maria V. Freire Cunha
Procuradora Geral do Município
OAB/MA nº 9.979